

AS DINÂMICAS SINGULARES DOS PROCESSOS DE MUDANÇA POLÍTICA NO BRASIL: TRAÇANDO UM DIÁLOGO ENTRE AS REFLEXÕES DE MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ E AS DE CELSO FURTADO NO PERÍODO PRÉ-GOLPE DE 1964

Maria José de Rezende*

Resumo: Os processos de urbanização e de industrialização desencadeados no país, a partir de 1930, teriam posto fim a um dado padrão de domínio oligárquico ou este último teria sido reinventado em razão da reestruturação das relações sociais e políticas? Foram muitos os pensadores sociais brasileiros que investigaram as persistências, as adaptações, as permanências que se foram estabelecendo na segunda metade do século XX. Neste artigo, serão destacadas duas posições que ora se complementam, ora se repelem ao tratarem dos (des)caminhos das mudanças sociais e políticas no país. Maria Isaura Pereira de Queiroz tem o mérito de focar de modo microssociológico as ações, as atitudes, os valores indicadores da força do oligarquismo no Brasil. Celso Furtado, por sua vez, ao atuar na década de 1950 junto à SUDENE, também verificava que a força da oligarquia era colossal. No entanto, essa força poderia ser combatida por meio da expansão das forças sociais que ganhavam substancialidade com o processo de industrialização.

Palavras-chaves: Oligarquismo. Mudança política. Urbanização. Industrialização.

Introdução

O objetivo deste artigo é traçar um paralelo entre as reflexões de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre a força do poder local no país - mesmo após o processo de urbanização e de industrialização potencializado desde a década de 1930 - e as análises de Celso Furtado que se desenvolveram ao longo da segunda metade do século XX. Visa trazer à tona as (im)possibilidades da efetivação, no Brasil, de mudanças políticas, realmente, substanciais e capazes de neutralizar, significativamente, o mandonismo local.

As obras de Queiroz perguntavam: as forças sociais urbanas (sejam os trabalhadores do chão de fábrica, sejam os dos setores de serviços, sejam os empresários) não estavam marcadas por uma cultura política negadora da possibilidade de construir, no país, uma sociedade não-fundada no oligarquismo, no personalismo, no mandonismo?

Os dois pensadores analisados neste estudo ressaltavam que as mudanças somente teriam um caráter substancial se apontassem para a derrota do oligarquismo, do personalismo, do mandonismo local, do clientelismo. A construção de uma nação mais democrática e inclusiva dependeria desse processo. As reflexões de Maria Isaura Pereira de Queiroz e de Celso Furtado, levando-se em conta suas diferenças, tratavam, em décadas diversas, entre outras questões, das

dificuldades de rumar o país para o florescimento de um padrão de organização social e político, de fato, democrático.

As reflexões de Maria Isaura Pereira de Queiroz acerca da prevalência, no país, de um padrão de organização social e de um padrão de domínio político, que favorecem a persistência de práticas assentadas no clientelismo, no personalismo e no mandonismo, oferecem pistas importantes para uma leitura da vida política brasileira em diversas conjunturas. Constatam-se em seus vários escritos elementos que possibilitam uma leitura da vida política brasileira nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990.

No âmbito do pensamento social encontram-se, nesses diversos períodos acima mencionados, inúmeros textos e autores que vão estar confirmando, em diversas pesquisas sobre as ações políticas postas em andamento, a partir da segunda metade do século XX, a robustez dos poderes oligárquicos que Maria Isaura Pereira de Queiroz destacou nos seus textos *Política, ascensão social e liderança num povoado baiano* (1976), *O mandonismo local na vida política brasileira* (1969), *O coronelismo numa interpretação sociológica* (1975).

1 O texto *Política, ascensão social e liderança num povoado baiano* e as possíveis conexões com as discussões de Celso Furtado sobre a força do oligarquismo na década de 1950 e de 1960

Numa pesquisa realizada em 1959, no interior da Bahia, Maria Isaura Pereira de Queiroz detectava no povoado de Santa Brígida, elevado a município em 1963, como se organizavam as relações subordinativas que estruturavam uma determinada prática social e política reiteradora do personalismo, do oligarquismo e do mandonismo local. É interessante observar que nesse mesmo período, em suas atuações à frente da Operação Nordeste e da Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), Celso Furtado também detectava, não somente nas regiões mais isoladas, mas, até mesmo, nas regiões mais urbanizadas dos diversos estados nordestinos, a petrificação de práticas essencialmente oligárquicas.

São dois registros diferentes feitos por Queiroz e por Furtado, mas que se complementam na construção de um painel sobre as dificuldades de vencer as práticas oligárquicas secularmente arraigadas na vida social brasileira. No âmbito das ações políticas, Furtado travava, no Nordeste, um combate - no final da década de 1950 e no início da de 1960 quando era superintendente da Sudene - visando quebrar a espinha dorsal dos poderes oligárquicos. No embate entre as forças sociais que se enfrentavam iam-se revelando a amplitude e a força dos poderes arcaicos no país. A análise macrossociológica de Furtado pode ser complementada pela análise microssociológica de Queiroz em seu estudo sobre as lideranças políticas num povoado no Estado da Bahia.

* Professora de Sociologia/UEL. Doutora em Sociologia/USP.

A abordagem microssociológica, realizada por Queiroz, complementa as análises de Furtado, porque esmiúça internamente a vida social de um povoado do Estado da Bahia, mostrando a densidade das relações subordinativas que se alimentavam no paternalismo, no filhotismo, no mandonismo, no personalismo, nas proximidades pessoais assentadas na tutela, no parentesco e na amizade. Enquanto ela enfatiza os traços de uma cultura marcada tanto por ligações políticas baseadas na afinidade pessoal das lideranças com os liderados quanto por afastamentos, rivalidades e conflitos fundados em distâncias construídas em razão de disputas pessoais e/ou familiares que visam construir ou fortificar relações de liderança em uma dada comunidade, ele não se atinha a tais detalhamentos que retratavam sociologicamente um dado grupo social.

Celso Furtado vai procurar compreender, na década de 1950 e início da de 1960, mesmo período em que Queiroz estudou o povoado de Santa Brígida-Ba, as dificuldades de expansão dos espaços políticos nos quais os indivíduos e grupos pudessem mover-se para combater os poderes oligárquicos que se alimentavam de uma concentração de poder capaz de levar a uma verdadeira “atrofia da vida política” regiões inteiras do país (FURTADO, 1997a).

Ao traçar um dado retrato sociológico de pequenos povoados, Queiroz reiterava o papel das atitudes individuais, das disposições sociais, dos comportamentos grupais na manutenção de uma prática social assentada no oligarquismo. A atrofia da vida política, da qual falava Furtado, era claramente detectada no povoado estudado por Queiroz. As relações de mando e de submissão alimentavam esse definhamento do espaço público e do enfrentamento na arena política. A obediência ao mando do coronel, intermediada pelos cabos eleitorais, estava atravessada pela singular forma de vivenciar as relações pessoais e cotidianas no interior do grupo social por ela estudado. Sentimentos de gratidão, de reciprocidade, de identificação pessoal, de proximidade religiosa e parental têm peso fundamental na estruturação do mando e da obediência.

Havia, para ela, uma cultura política específica, que sustentava uma disposição social dos indivíduos para manter relações de poder fortificadoras do mandonismo oligárquico. E como era possível verificar isso? Pela forma de interação estabelecida no interior dos grupos sociais. Analisando-se as forças de coesão e as de divergências (QUEIROZ, 1973a), tem-se a revelação de como os poderes oligárquicos se mantiveram resistentes às mudanças que se foram delineando numa sociedade em processo de industrialização e urbanização, a partir da década de 1930.

(...) A industrialização rápida do Brasil não destruiu as relações sociais e econômicas que lhe são específicas, nem seus valores dominantes; ela reúne novos e antigos valores por um processo dialético que marcam todos os ‘patamares em profundidade’ da sociedade, já que podemos também detectá-lo

tanto no próprio desenvolvimento industrial (...) como no íntimo da 'personalidade', da 'mentalidade' dos indivíduos (QUEIROZ, 1975, p. 76).

Celso Furtado (1956, 1958, 1959^a, 1959^b, 1961, 1962^a, 1962^b, 1964), em seus escritos entre 1955 e 1964, exaltava, essencialmente, as possibilidades de serem construídas no país, em razão do processo de industrialização e de urbanização, formas de vencer as resistências oligárquicas fortemente arraigadas nas diversas esferas de poder. Ele, antes do golpe de 1964, apostava numa possível rearticulação das forças sociais, a partir dos pólos urbanizados, que fossem capazes de impulsionar novos canais de embates por onde fluiriam tanto diferenciações do sistema produtivo, quanto fortificações das instituições políticas engendradas por um novo padrão de organização social (FURTADO, 1997b).

Verifica-se, então, que Furtado estava convicto de que o “controle suficientemente amplo do poder pela oligarquia de base latifundiária” (FURTADO, 1979, p. 10) seria minado pelo desenvolvimento urbano-industrial, escapando-lhe as nuances mais finas de uma forma de mudança social que aqui ocorria, mantendo um tipo singular de mentalidade, de comportamento e de ação por parte dos novos setores preponderantes, os quais dariam sobrevida a um oligarquismo que dominaria a cena política nas décadas posteriores.

A sobrevivência do mandonismo local, do personalismo e do oligarquismo parecia derivar, para Queiroz (1975a), das próprias singularidades socioculturais do desenvolvimento brasileiro. Ao deslocar a análise dos núcleos urbanos para os núcleos rurais, ela constatava que, não obstante a industrialização em curso na década de 1950, a vida política na região por ela estudada continuava mantendo quase que intactas características essencialmente arcaicas. Isso podia ser observado em alguns fatos por ela relatados com base em sua pesquisa no povoado de Santa Brígida. Ela verificava, por exemplo, que o próprio fato de uma pessoa benquista na comunidade ingressar num partido político, que se opunha ao do mandão local, levava a um processo de acomodação das relações pessoais e políticas dentro das fronteiras delineadas pelo mandonismo local.

O fato de uma liderança social, mesmo que muito fluída e de pouco impacto, se tornar cabo eleitoral da UDN (União Democrática Nacional) num município (Jeremoabo-Ba) que era, praticamente, um feudo do PSD (Partido Social Democrata) não desmantelava as relações de poder ali sedimentadas, mas sim as reiterava, já que o próprio jogo configuracional se mantinha intacto. A nova liderança já nascia marcada pelo mesmo jogo político, há séculos petrificado naquela região.

Há três questões importantes que Queiroz trazia à tona com base em sua pesquisa sobre as lideranças políticas no Norte da Bahia no final da década de 1950: a primeira diz respeito à persistência de uma relação de mando fundada num chefe local que faz de municípios inteiros o

seu próprio feudo; a segunda relaciona-se ao surgimento de uma nova liderança que reproduzia um jogo político baseado no prestígio pessoal e no personalismo; a terceira apontava para o modo de manutenção dessa estrutura de poder fundada no mandonismo e no oligarquismo. Sobre essa última questão, ela afirmava que em Santa Brígida havia:

(...) um cabo eleitoral do PSD, indivíduo de algumas posses, fazendeiro e criador que representava no povoado o coronel chefe político de Jeremoabo. Alcançou esta posição não devido a prestígio pessoal, que não tem, e sim devido às relações que conseguiu entabular com o chefe político de toda região, coronel tradicional (...) que pertencia ao PSD. Seu papel é o de um intermediário entre este e os eleitores. O eleitorado de que se ocupa não é, pois, um eleitorado seu, e sim o do coronel da zona; não exerce, assim, uma liderança política (...), sendo realmente uma espécie de representante do real chefe político. Devotado profundamente ao coronel, é encarregado por este de disseminar no distrito sua palavra de ordem, assim como é chamado de tempos em tempos para falar sobre as correntes de opinião que por acaso estejam existindo (QUEIROZ, 1976, p. 109).

No livro *A fantasia organizada* (1997a), Celso Furtado, ao discutir suas ações e expectativas passadas em relação ao processo político desencadeado na década de 1950, relatava o quão resistentes eram as forças oligárquicas que pareciam dispostas e com capacidade para impugnar toda e qualquer reforma política que pudesse apontar para o dismantelamento desta concentração de poder relatada por Maria Isaura Pereira de Queiroz. As análises daquele primeiro vão-se concentrar no embate que a oligarquia trava no parlamento para rechaçar todas as reformas, até mesmo a institucional. Ele constatava a mesma coisa que Queiroz havia detectado em sua pesquisa sobre Santa Brígida: o predomínio do arcaísmo implodia qualquer possibilidade de emergirem forças sociais redefinidoras da vida política. Nas regiões dominadas pelo arcaísmo “os efeitos das mudanças políticas em curso [na década de 1950 e início da de 1960], eram imperceptíveis, e as velhas estruturas sociais continuavam tão visíveis quanto as ossaturas dos organismos esqueléticos” (FURTADO, 1997a, p. 128).

A análise microssociológica de Queiroz sobre o povoado de Santa Brígida-Ba evidenciava que as velhas estruturas sociais continuavam a operar de modo desenvolto e persistente no que diz respeito ao controle da vida política assentado num mandonismo desmedido. Isso somente era possível porque havia indivíduos que administravam localmente, em todos os recônditos, as relações de mando e as de obediência. Tais relações apareciam nas discussões de Queiroz tão petrificadas que davam uma dimensão exata das dificuldades que Celso Furtado encontrava no Nordeste, ao tentar implementar medidas questionadoras das disparidades sociais e políticas que se alimentavam nas ações cotidianas dos setores oligárquicos e de seus apaniguados.

O prestígio pessoal, elemento negador por excelência de relações sociais democráticas assentadas no enfrentamento na arena política entre as diversas forças sociais, era um elemento

que ordenava o padrão de domínio vigente em Santa Brígida-Ba. Queiroz relatava o caso de um indivíduo (Pedro Batista) o qual, por exercer uma influência significativa sobre uma parte da população mais religiosa que acreditava em seus poderes sobrenaturais, desempenhava também o papel de cabo eleitoral. Num primeiro momento ele era o cabo eleitoral do coronel mais influente da região, num segundo, quando sua fama passou a exceder as fronteiras do distrito (Santa Brígida) e do município de Jeremoabo-Ba, ele se tornou cabo eleitoral de deputados estaduais e federais e de senadores.

Todavia, à medida que ganhava consciência de seu poder, Pedro Batista ia desenvolvendo a idéia de se tornar também um líder político. Evidentemente, mesmo sendo analfabeto e não rico, ele já parecia curtido nas pejejas oligárquicas que aprendera a lidar na condição de apaniguado do coronel. Ele pesava os prós e os contras de apoiar ou de se opor ao coronel na balança dos ganhos pessoais que ele poderia auferir ou não em vista desta ou daquela decisão.

O caso de Pedro Batista era tomado, por Queiroz, como indicador da petrificação de um modo de fazer política no país. Ainda que ele tivesse consciência de que poderia ser um novo chefe político, ele não se desvencilhava da relação de gratidão que mantinha com o coronel. Ele optou, então, por continuar se equilibrando entre essa possibilidade futura (tornar-se um chefe político) e a não-oposição aberta ao mandão local. No entanto, caso ele se tornasse um chefe político, tudo indicava, em razão de suas atitudes e ações, que ele daria prosseguimento aos mesmos procedimentos políticos mandonistas.

Queiroz indicava, porém, a necessidade de apreender as especificidades, as singularidades do poder de intermediação dos cabos eleitorais que ficavam entre o mandão local e o eleitorado. O modo como eles serviam ao coronel indicava fontes distintas de legitimação de seu papel mediador. No caso de Santa Brígida, havia cabo eleitoral que tinha seu reconhecimento assentado no carisma pessoal, portanto, na crença de que possuía dons pessoais e sobrenaturais que lhe conferiam alta credibilidade, havia também o que tinha prestígio pessoal em vista dos favores que prestava aos eleitores, os quais votavam em retribuição às benesses recebidas. Existia, ainda, aquele cabo eleitoral que não tinha, de fato, prestígio pessoal. Ele era um funcionário do coronel⁴⁴.

Nesses três tipos de cabos eleitorais estavam condensadas formas de ação política que descortinavam as estruturas arcaicas de poder e de mando vigentes no país na década de 1950. E por quê? Basta ater-se ao fato de que é por meio da política que as comunidades mais distantes, povoados, longínquos ou não, se conectam, de alguma forma, com a sociedade como um todo. A política, naquele momento, encontrava-se:

⁴⁴ Queiroz afirmava que havia uma diferença entre agir como liderança e como funcionário. “Realmente, a liderança se define como o comando de um grupo por um ou vários de seus membros, que retiram sua autoridade seja do

(...) estruturada em dois segmentos complementares, o legal e o 'de facto', que se interpenetram. No legal, escalonam-se todas as posições que vão do presidente da República aos menores funcionários. No 'de facto', a escala vai dos chefes de grande prestígio nacional até os cabos eleitorais e eleitores. Os cabos eleitorais constituem um posto acima do de simples eleitores, o que é reconhecido tanto por estes quanto pelos chefes imediatamente superiores. O voto é o laço pelo qual os eleitores se integram na sociedade global e dela participam (QUEIROZ, 1976, p. 118).

A discussão de Queiroz sobre o papel da política no processamento da conexão entre os mais diversos espaços sociais (rurais e urbanos nas várias regiões do país) guarda semelhança com as reflexões desenvolvidas por Celso Furtado acerca dos impedimentos políticos que se iam sobrepondo e desdobrando em ações cujo objetivo era solapar qualquer reforma, mesmo as institucionais. As práticas oligárquicas estendiam-se do plano local para o regional e deste para o nacional. De certa forma era isso que Queiroz ressaltava ao dizer: “a única ligação efetiva de Santa Brígida com a sociedade global se opera[va] por intermédio da política” (QUEIROZ, 1976, p.117).

Os dois pensadores acima mencionados estão questionando o papel da política na configuração das relações entre os espaços locais, regionais e nacionais? Não. Eles consideram que é realmente com base nela que a ligação efetiva entre tais espaços se processa. O grande problema é que, no caso do Brasil em meados do século XX, essa conexão se dava por meio de uma rede de interesses oligárquicos, cujas características principais eram a supremacia do poder privado, a exclusão política, a ausência de enfrentamentos e a impossibilidade de formação de espaços públicos por onde pudessem fluir interesses coletivos voltados para o desmantelamento da seguinte lógica: quem governa, governa para os donos do poder (FAORO, 1989).

No caso do povoado de Santa Brígida, estudado por Queiroz, o qual poderia ser tomado como uma pequena amostra do que ocorria, na década de 1950, em vários outros municípios do país, havia uma ligação entre aquela comunidade rural e a sociedade global, entendida aqui como a sociedade brasileira como um todo, mediante normas e valores políticos que ordenavam a vida política naquele momento. Mas a integração dessa comunidade rural à sociedade global se dava de modo singularizado pela forma particular como os habitantes daquela primeira objetivavam a vida política. A ocupação dos postos de liderança, as normas que definiam o prestígio individual dos cabos eleitorais locais, o exercício do voto para pagar um benefício que já se havia recebido ou para alcançar uma dada promessa futura, a troca de serviços entre o eleitor e o líder político, a reciprocidade, a contraprestação etc. eram nitidamente visíveis em Santa Brígida e indicavam um funcionamento peculiar da política que não revelava qualquer proposta de desmantelamento do mandonismo, do personalismo, do clientelismo e do oligarquismo.

Havia, então, por um lado, a sociedade global que se industrializava e se urbanizava e, portanto, se configurava uma nova cara política e, por outro, as comunidades locais mantenedoras dos valores que alimentavam o oligarquismo direcionado na contramão de quaisquer valores republicanos e democráticos. O voto como um bem de troca, profundamente arraigado no povoado estudado por Queiroz, indicava uma maneira própria de ação política mantenedora do mandonismo local:

(...) Votar num candidato indicado por um coronel não é aceitar passivamente a vontade deste. É dar conscientemente um voto a um chefe poderoso de quem já se obteve algo ou se almeja obter algo. O voto é, pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa. No primeiro caso, o voto é um bem de troca. No segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma opinião. Na perspectiva da sociedade global, Santa Brígida vota de maneira 'desviada' e 'anormal'. Na perspectiva de Santa Brígida, não se chega a compreender a conceituação de voto dada pela sociedade global (QUEIROZ, 1976, p. 119).

Os estudos de Queiroz são reveladores porque, por meio de uma análise microsociológica da política, demonstravam o quão difícil era romper com uma cultura política quase que refratária a qualquer mudança de normas, de valores e de procedimentos. As modificações que foram ocorrendo, no país, em vista do processo de industrialização e de urbanização não desmantelaram aqueles últimos, os quais continuaram praticamente intactos segundo o que demonstrava a pesquisa sobre o povoado de Santa Brígida.

Poder-se-ia indagar: Os resultados de uma pesquisa num dado povoado poderiam ser mecanicamente generalizados para outras comunidades rurais? Isto não seria possível realmente. Todavia, é possível, sim, sem operar qualquer generalização tola, reconhecer que alguns traços detectados não dizem respeito somente àquele povoado:

(...) Nada mais diferente de um município do que um município. Que haverá de comum entre Trajano de Moraes e o Rio de Janeiro? Entre Paracatu e Belo Horizonte? Entre Aparecida do Norte e São Paulo? A diferença está na ordem comunitária, econômica, financeira e, sobretudo, política (FAORO, 1988, p. 31).

As análises de Maria Isaura Pereira de Queiroz eram complementares não só de outros estudos, como *O poder pessoal*, de Sérgio Buarque de Holanda (1972), *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal (1986), cuja primeira edição foi em 1949, ou seja, dez anos antes da pesquisa sobre Santa Brígida, mas também do estudo de Nestor Duarte (1939), intitulado *A ordem privada e a organização política nacional*. As várias outras constatações sobre a força dos poderes oligárquicos feitas por Celso Furtado (1979) e por Raymundo Faoro (1990), entre as décadas de 1950 e de 1990, oferecem também elementos que, apesar das diferenças entre eles, vêm contribuir para elucidar a prevalência do poder oligárquico.

Os traços oligárquicos do padrão de domínio vigente no país vêm sendo também pesquisados, recentemente, por diversos cientistas sociais que têm discutido a modernização conservadora processada no país nas últimas décadas (MARTINS, 1999; BURSZTYN, 1999; BARREIRA, 1999). São estudos que, de alguma forma, seguem as trilhas abertas pelos pensadores clássicos mencionados anteriormente⁴⁵.

2 As dificuldades de vencer as amarras oligárquicas e os interesses que elas representavam

Celso Furtado destacava que todas as ações políticas questionadoras do oligarquismo colidiam, como que contra um bloco de pedra, com interesses petrificados na vida política brasileira. Os enfrentamentos, tanto na esfera institucional quanto na sociedade civil, chocavam-se com a ação violenta dos poderes oligárquicos que não conheciam outro caminho senão a ameaça pública ou velada e/ou a ação destruidora das reformas institucionais, das reformas políticas e outras, que pudessem pôr em xeque o controle dos poderes oligárquicos sobre as verbas e os cargos públicos.

A experiência de Furtado na Sudene estava repleta de acontecimentos que indicavam quão longe eram capazes de chegar os oligarcas para não perder suas posições de mando e de decisão (FURTADO, 1997b; 1997c). A forma como a oligarquia lidava com as Ligas Camponesas, nas décadas de 1950 e 1960, indicava também sua obsessão por não abrir qualquer canal de confronto com os interesses secularmente sedimentados.

Diferentemente de Queiroz que, nos textos *Singularidades sócio-culturais do desenvolvimento brasileiro* (1975b), *Bairros rurais paulistas* (1973a) e *O campesinato brasileiro* (1973b), apontava para a não-visualização, apesar da industrialização e da urbanização, de alterações, realmente substanciais, na cultura política brasileira, Celso Furtado considerava, ao menos nos anos que antecederam o golpe militar de 1964, que a urbanização industrial levaria tanto ao fortalecimento das forças vinculadas às atividades urbanas quanto ao enfraquecimento dos poderes oligárquicos ligados ao latifúndio. Em *A fantasia organizada* (1997a) ele esclarecia, porém, que a única possibilidade de minar o poder da oligarquia era a emergência de canais de participação dos diversos segmentos sociais. Sem isso, toda mudança seria superficial, já que não era possível, de outro modo, enfrentar os interesses preponderantes.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975a) não parecia vislumbrar mudanças capazes de subverter a vida social brasileira, isso porque, para ela, mesmo os segmentos urbanos já se constituíram marcados por uma mentalidade reforçadora de práticas personalistas e

⁴⁵ As obras de Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Nestor Duarte, Victor Nunes Leal, Celso Furtado e Maria Isaura Pereira de Queiroz enquadram-se na condição de clássicas definida por J. Alexander (1999). Isso porque é preciso voltar sempre a elas para a compreensão do fenômeno oligárquico na

oligarquizadas. Comparando-se Furtado e Queiroz, fica evidente que muito mais aquele que esta acreditava que os segmentos urbanos tinham capacidade de organizar forças políticas transformadoras. Os canais que poderiam ser abertos por meio de uma ampla participação, na arena política, dos novos agentes sociais eram tidos, por Furtado, como os únicos meios de expansão, no país, de uma sociedade, de fato, democrática e inclusiva.

Refletindo sobre a cultura operária, Queiroz (1975a), por sua vez, não visualizava sequer a possibilidade de que os operários se transformassem em classe social reivindicadora. Ela dizia:

(...) A indústria, que se expandiu realmente a partir de 40, desenvolveu, desde então, em algumas cidades do país, uma classe operária cuja maneira de ser e agir são agora bastante conhecidas. Contudo, ela não se formou segundo o modelo europeu de um proletariado combativo, que conquistou ao capitalismo liberal através de grandes lutas, o direito a condições mais humanas de trabalho, a um salário mais justo; com esse objetivo fez nascer sindicatos e associações de classe. No início do grande desenvolvimento da industrialização brasileira, no período da ditadura Vargas, os sindicatos operários foram impostos pelo Estado aos trabalhadores e patrões; ainda hoje (1975) são instituições dirigidas pelo Ministério do trabalho. Seus membros os vêem como uma instituição semelhante à da previdência social, por um lado, e, por outro lado, como uma instituição jurídica defensora dos direitos individuais. A solidariedade profissional no meio operário é muito fraca; os operários (...) manifestam o desejo de se evadir o mais depressa possível de seu meio; sonham juntar bastante dinheiro para se estabelecer como pequenos comerciantes, ou pequenos artesãos, ou exercer certos ofícios; conseguem enfim o que consideram uma independência econômica e profissional. [Aspirações individuais e desejos de consumo] “dominam suas vidas, mas não contribui para formá-los em classe social reivindicadora” (p. 74-5).

Um dos elementos que negava terem os trabalhadores urbanos uma postura política crítica e combativa poderia ser identificado, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, na maneira como os operários davam continuidade aos laços pessoais em suas relações privadas, profissionais e sindicais. As relações familiares e afetivas produzem um modo de vida urbana significativamente domesticada por um modo de ser e agir trazidos do mundo rural. As formas (parentela, pessoalidade, afetividade) de domesticação do espaço rural acabam, então, trazidas para as cidades e se constituem em instrumentos que ajudam os novos operários vindos da zona rural a se adaptar no meio urbano. A lente que estes últimos utilizam para ler o mundo vai potencializando não uma mentalidade voltada para a ação política contestadora, mas, sim, para uma ação que tende a conservar um conjunto de atitudes muito mais voltadas para uma adaptação ao meio urbano do que para a tentativa de reinventar o espaço público e político que se vai modificando em razão da urbanização e da industrialização.

2.1 As muitas camadas acumuladoras das dificuldades de destruir as práticas oligárquicas

As análises de Furtado e as de Queiroz propunham, de acordo com a perspectiva de Georges Gurvitch (1958), desvendar os problemas políticos e sociais que se foram sedimentando em inúmeras camadas ao longo do século XX. No estudo do oligarquismo, havia, para eles, a necessidade de trazer à tona a superposição de inúmeros valores, práticas e relações de mando e de obediência que continuavam vivos, mesmo após as mudanças que ocorreram no país, a partir da década de 1930. Todavia, havia algo distinto no modo de eles incorporarem os ensinamentos do sociólogo acima mencionado. A perspectiva propositiva de Celso Furtado estava voltada essencialmente para a identificação das camadas que constituíam a realidade, visando conhecer os aspectos essenciais com o objetivo de formular planos eficazes de intervenção. Ele pretendia desvendar o modo como se sobreponham as inúmeras dificuldades que impediam a formação, no país, de uma sociedade, de fato, democrática.

Maria Isaura Pereira de Queiroz certificava-se das inúmeras dificuldades políticas brasileiras e parecia não vislumbrar, no final da década de 1950, mudanças sociais e políticas substanciais. Isso porque os novos agentes oriundos do mundo urbano-industrial apresentavam-se com pouca possibilidade de serem, realmente, distintos, no que concerne aos valores, às atitudes e às ações políticas. No Brasil,

(...) mudanças e persistências ‘estão registradas numa continuidade histórica’, atuam de ricochete ‘sobre um antigo pedestal de personalidade agrária’ sem que disso resulte forçosamente a criação de um novo ser social; pode-se dizer mesmo que ‘apesar de sua violência aparentemente revolucionária muitas vezes, estão muito longe de abolir as realidades anteriores: não fazem mais do que acentuá-las’ de um modo diferente (QUEIROZ, 1975a, p. 178).

O traço principal dessa reflexão empreendida por Queiroz estava assentado na desconfiança acerca das mudanças sociais e políticas que pareciam emergir com a urbanização em curso no país, em meados do século XX. Ela duvidava, até mesmo, da possibilidade de o operariado se transformar, no curso dos anos, em uma classe social potencialmente reivindicadora de modificações significativas nas esferas econômica, social e política.

As relações pessoais e afetivas, indicadoras da persistência de uma mentalidade agrária, desempenhavam um papel de grande significado nas dificuldades que mostravam os trabalhadores urbanos de se tornarem, expressivamente, capazes de rechaçar a domesticação política e cultural a que acabavam sendo submetidos nas cidades. Ela tinha em vista a vigência das práticas populistas que ordenavam a vida política e sindical da grande massa urbana. E essa domesticação populista não poderia, em seu entender, ser concebida como um fenômeno puramente urbano, já que suas raízes tinham sido plantadas no espaço rural.

A singularidade estava no fato de essa domesticação adquirir, nas décadas de 1950 e 1960, uma nova formatação, visto que ela estava associada às práticas sejam políticas, sejam culturais, que visavam adaptar os indivíduos oriundos do mundo rural à vida urbana.

(...) A industrialização rápida do Brasil não destruiu as relações sociais e econômicas que lhe são específicas, nem seus valores dominantes; ela reúne novos e antigos valores por um processo dialético que marcam todos os 'patamares em profundidade' da sociedade, já que podemos também detectá-lo tanto no próprio desenvolvimento industrial (...) como no íntimo da 'personalidade', da 'mentalidade' dos indivíduos (QUEIROZ, 1975a, p. 176).

À luz dos escritos de Celso Furtado, esse olhar que Maria Isaura Pereira de Queiroz lança sobre a vida social brasileira parece excessivamente preso a uma perspectiva culturalista. E isso em que sentido? Naquele em que insiste numa certa petrificação cultural dos modos de agir e das atitudes. Ou seja, não há indicação de mudanças sociais e políticas porque os brasileiros perpetuam, quase que automaticamente, relações de mando, de organização social e de domínio. É uma visão que tende a ver a vida social de modo imobilizador. É interessante notar que dois pensadores sociais anteriores a Queiroz – Manoel Bomfim (1868-1932) e Fernando de Azevedo (1894-1974) - já questionavam esse tipo de abordagem.

Bomfim (1993, 1997, 1931, 1932) questionava essa petrificação, em razão de uma dada cultura, de uma dada mentalidade, da impossibilidade de produzir no país modificações substanciais. Ele advogava a tese de que o próprio desejo de ação política e a própria atitude (disponibilidade para agir em busca de outros patamares de organização social) têm que ser construídos socialmente. A vigência de um padrão de domínio, assentado no personalismo, no clientelismo, no mandonismo, não pode ser buscada, segundo ele, numa dada cultura política que co-responsabilizava a todos indistintamente pela manutenção de uma dada relação de poder. A manutenção de uma ordem subordinativa deve ser buscada onde, então? Ele dizia, nos procedimentos políticos daqueles que governam, na maneira de agir dos setores dirigentes que recriam incessantemente a impressão de que não há qualquer outra forma de governar senão através dos laços pessoais que reafirmam alguns interesses privados.

Fernando de Azevedo, por sua vez, no texto *Psicologia do povo brasileiro*, publicado no livro *A cultura brasileira* (1996), na década de 1940, também chamava a atenção para os equívocos centrados numa abordagem condenatória da nação brasileira em vista de fatores, sejam geográficos, étnicos e/ou culturais petrificados. As dificuldades de mudanças se inscreviam, para ele, muito mais nos fatores econômicos, políticos e sociais do que em outros fatores. A cultura tinha para ele um papel fundamental, todavia, poderia ser cambiada, transformada. Os conteúdos culturais não sustentam isoladamente o caráter coletivo de um povo.

Percebe-se que, segundo Azevedo, as abordagens que davam peso excessivo a um tipo de mentalidade e/ou a um tipo de personalidade derivada de um dado traço cultural singularizado por uma determinada forma de ação política poderia recair numa análise que dava prevalência às características imutáveis da população. Para ele, o desejo de mudança é também criado socialmente, e depende de modificações no modo de proceder das instituições (Estado,

Congresso, escola etc.), das associações (sindicatos, partidos, organizações profissionais e de classes etc.) e dos indivíduos.

Próxima a essas perspectivas de Fernando de Azevedo e de Manoel Bomfim estava a maneira de Celso Furtado conceber o processo social e político engendrado pela urbanização industrial que ganhava forma no país a partir da década de 1930. Ele acreditava que as novas práticas sociais engendradas pelo enfrentamento e pela luta de classes (FURTADO, 1964) produziriam um novo agir dos diversos agentes. Isso recriaria a vida política, as práticas institucionais e a própria cultura política, a qual não era tida, por ele, como imutável, mas sim transformável em vista da expansão de ações voltadas para o interesse coletivo da nação.

Celso Furtado considerava, no final da década de 1950 e início da de 1960, possível derrotar os setores oligárquicos. Todavia, isso lhe parecia uma tarefa titânica, já que, no próprio campo da política institucional, havia o predomínio quase que petrificado dos mesmos. Somente por um amplo processo de abertura de múltiplos canais de ação para as forças sociais urbanas que emergiam na cena política é que era possível derrotar paulatinamente os interesses arcaicos que dominavam a cena política brasileira. Na verdade, ele acreditava que os segmentos urbanos protagonistas na ordem econômica industrial, que ganhava seus contornos naquele momento, seriam dotados de uma perspectiva mais democrática e inclusiva em razão dos próprios desafios que se iam colocando para eles naquele momento. O apoio dos setores empresariais ao golpe militar de 1964 jogou uma pá de cal sobre essas expectativas de Furtado (FURTADO, 1997c).

Todavia, no decorrer das décadas seguintes àquela, em que se deu a deflagração da ditadura, ele continuou a insistir que as ações políticas de resistência à mudança é que impediam a possibilidade de emergência de uma sociedade democrática no país (FURTADO, 1992; 1998; 1999; 2002). Havia, então, uma conjuntura favorável às modificações substanciais que acabaram sendo minadas pelas ações de diversos segmentos preponderantes e médios que não hesitaram em dar apoio aos setores imbuídos de intenções autoritárias e rechaçadoras de qualquer forma de pressão popular.

As circunstâncias que levaram à potencialização das dificuldades de emergência de uma classe trabalhadora reivindicadora e capaz de pressionar o processo político para colocar em questão o padrão de domínio oligárquico, o qual foi potencializado pelo regime militar, eram, para Furtado, de caráter essencialmente político e não cultural, o que não significava, porém, que os traços de uma dada cultura política não tivessem peso algum.

Comparando-se as discussões de Furtado e as de Queiroz sobre as dificuldades dos trabalhadores urbanos em se constituírem em classe reivindicativa capaz de pressionar por mudanças no padrão oligárquico de poder, observa-se que, para aquele primeiro, no emaranhado de impedimentos políticos, que foram lançados sobre os trabalhadores, ficava difícil atestar que

suas dificuldades de ação combativa se deviam a uma cultura rural assentada em relações familiares, afetivas e personalistas. Tais traços poderiam, sim, indicar, mas não explicar os inúmeros percalços políticos que se foram acumulando paulatinamente no decorrer das décadas de 1970, 1980 e 1990.

3. Algumas considerações finais acerca do padrão de domínio oligárquico e a sua resistência à mudança

O vigor do poder oligárquico no país tem dificultado o florescimento de práticas e de procedimentos políticos capazes de minar um modo de organização do poder responsável pela perpetuação de relações de mando e de decisão expressivamente excludentes. Demonstrou-se, neste artigo, que as análises de Queiroz e de Furtado podem ser tomadas como referências básicas de um debate que tem atravessado as ciências sociais nas últimas décadas.

Nas conclusões do texto sobre o povoado de Santa Brígida, Queiroz afirmava, em 1962, na primeira versão desse seu trabalho, que comunidades rurais que mantinham uma certa autonomia em relação à sociedade global tendiam ao desaparecimento. Todavia, havia indicação de que a cultura política e os valores que sustentavam determinadas práticas, não só das lideranças (cabos eleitorais, coronéis), mas também dos eleitores, não seriam facilmente debelados. Tais práticas, provavelmente, sobreviveriam em outros agentes, em outras ações, em outros contextos sociais.

Celso Furtado recorria ao conflito, ao confronto de interesses para atestar que por meio deles era possível reinventar a prática social e política brasileira. Para ele, havia sim meios de transmutar a realidade (socioeconômica extremamente desigual e política fundamentalmente excludente) do país. Mas para que isso ocorresse era necessário que todos os grupos sociais arcassem com os custos que todo processo de mudança impõe. Enquanto os setores preponderantes se recusassem a assumir os ônus do enfrentamento, da luta de classes, estaria o país condenado à petrificação de relações sociais cada vez mais desiguais e autoritárias. Observe-se que Furtado estava escrevendo isso às vésperas do golpe militar de 1964 na obra *Dialética do desenvolvimento*.

A partir da instauração da ditadura militar ocorreu exatamente o contrário do que Furtado supunha. A paralisação da vida política, que ganhou sua forma mais desenvolvida na década de 1960, levou à potencialização de relações de mando e de decisão oligárquicas e centradas num padrão de domínio em que a participação de diversos agentes na construção institucional estava inteiramente descartada.

Por fim, pode-se dizer que Queiroz, provavelmente em razão de seus estudos microsociológicos, ressaltava muito mais os traços de continuidade e de persistência de uma

cultura política assentada no mandonismo e no oligarquismo numa sociedade, que se urbanizava e se industrializava. Furtado, por sua vez, no final da década de 1950 e no início da década de 1960, considerava possível romper com um dado conjunto de valores que tinham, até então, mantido intacta uma prática política fundada na exclusão. O golpe militar de 1964 jogou por terra tal possibilidade ao amordaçar todos os agentes sociais que questionaram a modernização conservadora posta em andamento.

Pode-se dizer, então, que Maria Isaura Pereira de Queiroz e Celso Furtado, conquanto tenham percorrido caminhos distintos, apresentam traços convergentes em alguns pontos de suas análises. Eles têm também muitos distanciamentos no modo de conceber o processo histórico. Enquanto aquela demonstrava que, em razão de uma dada cultura política, prevalecia, no país, certa imutabilidade, este partia do pressuposto de que a história é um processo aberto, não existindo, de antemão, qualquer condenação à não-mudança.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, F. de. A psicologia do povo brasileiro. In: *A cultura brasileira*. Brasília: UNB, 1996. p. 199-271.
- BARREIRA, C. Gratidão e lealdade: o mandonismo local na política cearense. In: KOSMINSKI, E. (Org.). *Agruras e prazeres de uma pesquisadora*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 191-204.
- BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- _____. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- _____. *O Brasil nação*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- _____. Instrução popular. In: *Cultura e educação do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1932. p.45-60.
- BURSZTYN, M. Oligarquias camaleônicas: da arte de se equilibrar no poder. In: KOSMINSKI, E. (Org.). *Agruras e prazeres de uma pesquisadora*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 205-225.
- DUARTE, N. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Nacional, 1939.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- _____. De regular a péssimo. *IstoÉ/Senhor*, São Paulo, n. 1096, p. 27, 19 set. 1990.
- _____. Uma eleição prévia? *IstoÉ/Senhor*, São Paulo, n. 1000, p. 31, 16 nov. 1988.
- FURTADO, C. A fantasia organizada. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997a. p. 87-359. Tomo 1.
- _____. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- _____. *Uma política de desenvolvimento para o nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959a.
- _____. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959b.

- _____. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: MEC, 1956.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *Subdesenvolvimento e Estado democrático*. Recife: Condepe, 1962a.
- _____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962b.
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. Aventuras de um economista brasileiro. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997b. p. 9-26, Tomo 2.
- _____. Brasil: da república oligárquica ao Estado militar. In: *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 1-23.
- _____. A fantasia desfeita. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997c. p. 27-306, Tomo 2.
- _____. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- _____. *O longo amanhecer*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Em busca de novo modelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GURVITCH, G. *Tratado de Sociologia*. Lisboa: Martins Fontes, 1958. 2v.
- HOLANDA, S.B. O poder pessoal. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. Tomo 2. Vol. 5.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- MARTINS, P.H. República patrimonial e modernização conservadora. In: KOSMINSKI, E. (Org.). *Agruras e prazeres de uma pesquisadora*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 227-250.
- QUEIROZ, M.I.P. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973a.
- _____. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973b.
- _____. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (Org.). *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975a. Vol.1. p. 155-190.
- _____. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: IEB, 1969.
- _____. Política, ascensão social e liderança num povoado baiano. In: --- *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 101-122.
- _____. Singularidades sócio-culturais do desenvolvimento brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 16, p. 64-81, 1975b.

Abstract: Had the urbanization and industrialization processes triggered in the country from 1930 on supposedly put an end to a certain pattern of oligarchic domination or had the latter been reinvented due to the re-structuration of the social and political relations? Many were the Brazilian social thinkers that surveyed the persistencies, adaptations, and permanences that were being established in the second half of the twentieth century. In this article, two positions will be highlighted that sometimes complement one another and sometimes repel one another, when dealing with the social and political changes

conducts and misconducts in the country. Maria Isaura Pereira de Queiroz has the merit of focusing microsociologically the actions, the attitudes, the values that indicated the oligarchy power in Brazil. Celso Furtado, on his turn, while working in the 1950s with SUDENE, also verified that the oligarchy power was huge. However, this power could be contested through the expansion of the social forces that won substantiality with the industrialization process.

Key words: Oligarchy. Political change. Urbanization. Industrialization.